

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO 2024



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



MARINGÁ
PREFEITURA



IPPLAM
INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO
DE MARINGÁ



INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO
DE MARINGÁ, Prefeitura de Maringá

Relatório Local Voluntário dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável - ODS 11 e ODS 13 - 1.
ed. - Maringá, PR: Ed. do Autor, 2024. 30p.
1 livro digital : il. color.

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2.
Localização dos ODS nos Municípios

ID.: 2024.01.0001.01





CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO



MARINGÁ
PREFEITURA

O Relatório Local Voluntário foi preparado com o apoio do projeto "Implementando a Agenda 2030 localmente através do desenvolvimento urbano - cidades, vilas, aldeias e condados num diálogo baseado em dados e princípios orientadores sobre os aspectos da sustentabilidade global relacionados com o desenvolvimento urbano" dentro do programa de pesquisa "Habitação Experimental e Desenvolvimento Urbano" (ExWoSt) que está sendo conduzido pelo Instituto Federal Alemão de Pesquisa em Construção, Assuntos Urbanos e Desenvolvimento Espacial (BBSR) em nome do Ministério Federal de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Edificações (BMWSB).

Maringá, 2024

With funding from the




Federal Ministry
for Housing, Urban Development
and Building

by decision of
the German Bundestag



IPPLAM
INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO
DE MARINGÁ





O Relatório Local Voluntário é um importante instrumento de mapeamento e avaliação da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Município de Maringá e, muito além disso, é uma ferramenta para impulsionar a transformação, promover a transparência e o envolvimento da população com os projetos e políticas públicas de nossa cidade, tais como: Prefeitura nos Bairros, Radar ODS, Programa Lixo Zero, Escolas pelo Clima, Moeda Verde, Praça para Todos, etc. Por meio da apresentação de indicadores e de políticas públicas relacionadas com as metas dos ODS, podemos contribuir e inspirar avanços locais, capazes de transformar a realidade do nosso município e de outros. São ações como esta que contribuem para formar um movimento global em direção às cidades sustentáveis, inclusivas e resilientes.

Bruna Barbosa Barroca

Diretora - Presidente IPPLAM

MARINGÁ, 2024

Desde a fundação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), em 2018, há o comprometimento de toda a equipe em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 - ONU. A parceria da Prefeitura de Maringá, através do IPPLAM, com a consultoria EBP, *Oeko-Institut* e Instituto Federal Alemão de Investigação em Edificação, Assuntos Urbanos e Desenvolvimento Espacial, para a produção do Relatório Local Voluntário, nos confere a oportunidade de ampliar e avaliar nossas ações voltadas ao cumprimento das metas dos ODS. Elaborar este relatório representa uma ação estratégica, uma vez que projeta a cidade de Maringá de forma global. São parcerias como esta que promovem a união de esforços os quais nos impulsionam para construção de um futuro sustentável a todos.

Ulisses de Jesus Maia Kotsifas

Prefeito Municipal

MARINGÁ, 2024



ÍNDICE

Maringá: Uma breve apresentação.....	03
Marcos da Agenda 2030 na Cidade de Maringá.....	04
Introdução.....	05
Metodologia.....	06
ODS 11.....	07
ODS 13.....	21
Maringá em Dados.....	29
Próximos Passos.....	30
Considerações Finais.....	31
Referências e Fontes de Consulta.....	32

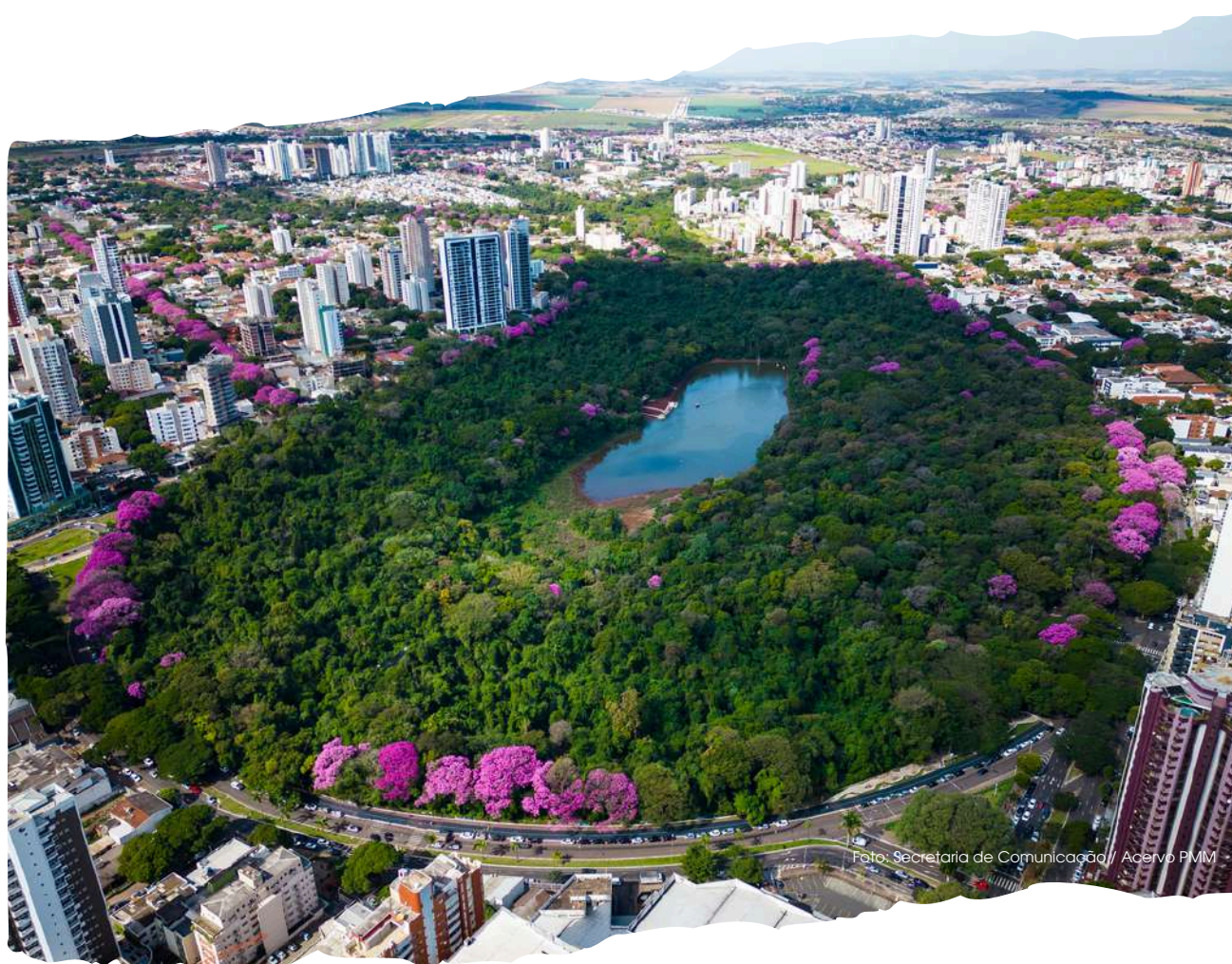


Foto: Secretaria de Comunicação / Acervo PMM

>> Parque do Ingá

MARINGÁ

UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Fundada em 1947, Maringá é a terceira maior cidade em população do Estado do Paraná, com 409.657 habitantes, conforme o último Censo Demográfico realizado no Brasil, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022. Desta população, 52,3% são mulheres e 47,7% são homens. Ainda, do total da população, 22,35% é representada por crianças e jovens, de idade de 0 a 19 anos, 59,35% é representada pela população adulta, de 20 a 59 anos e 18,31% desta população são os idosos, com 60 anos ou mais.

Sua área territorial é de 487,012 km², e seu projeto, datado de 1943, tem presença marcante de avenidas largas e áreas verdes, formando grandes parques urbanos, a partir da preservação das matas ciliares dos córregos, conhecidos como áreas de Fundos de Vale. Essas áreas constituem um grande ativo de planejamento urbano da cidade, tanto para questões ambientais quanto para infraestrutura e qualidade de vida.

Este foco no planejamento, desde sua criação, fez com que atualmente a cidade tenha uma boa mobilidade urbana e uma rede cicloviária em plena expansão, além de um contato próximo com a natureza. Ademais, a arborização urbana também é referência, fazendo com que Maringá seja sinônimo de cidade verde. Assim, recebeu o título de Cidade Árvore do Mundo, em 2022 e 2023, reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO-ONU) e da Fundação Arbor Day.

Maringá é uma cidade que também se evidencia por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, resultando em um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e qualidade de vida para seus habitantes. Atualmente o IDHM do município é o 23º melhor índice do país e o 2º melhor do Estado do Paraná (IDHM 2022 - Atlas BR).

Outros índices de Maringá também podem ser apontados, tal como os indicadores do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) relacionados à Autonomia e à Liqueidez. O primeiro, avaliado com 1 em 2022 (maior pontuação), denota a capacidade de financiar a estrutura administrativa. O segundo, avaliado em 0,9159 em 2022, denota o cumprimento das obrigações financeiras (IFGF - 2023). Em 2022, referindo-se ao ano-base de 2019, a cidade se destacou com o 5º melhor PIB (Produto Interno Bruto) do país, comparada com cidades do mesmo porte (IBGE - 2022).

Um dos marcos de desenvolvimento econômico da cidade é o aeroporto regional, que, desde 2007, está habilitado para o tráfego internacional de aeronaves cargueiras e possui terminal de cargas alfandegado pela Receita Federal, além de escritório da ANVISA, tornando suas operações ágeis. O aeroporto é classificado como AP2, cujo movimento está reconhecido entre 600.000 e 1.000.000 pessoas por ano.

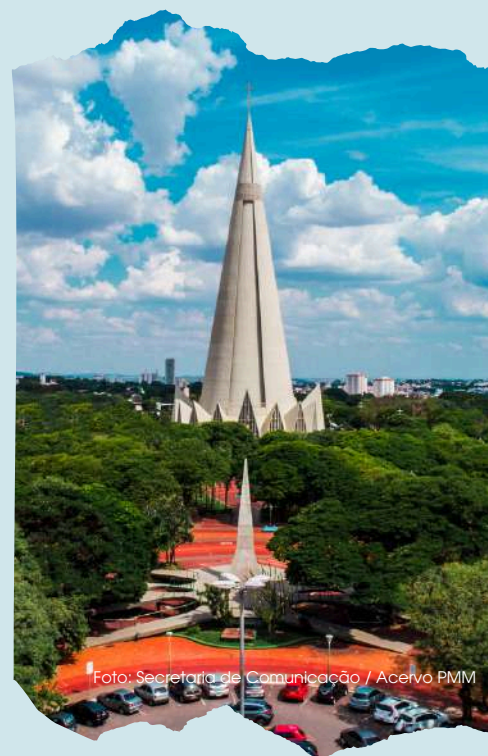


Foto: Secretaria de Comunicação / Acervo PMM

>> Eixo Monumental de Maringá



Outro ponto que merece ser destacado em Maringá, é o polo educacional formado na cidade, o qual impulsiona o crescimento da renda da população. Conforme os dados levantados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em 2022 Maringá já contava com 13 instituições de Ensino Superior com sede na cidade, 29.526 estudantes matriculados em cursos de graduação presencial e 28.134 estudantes matriculados em cursos de graduação à distância. Vale salientar ainda que, do total de estudantes em cursos de graduação presencial citados, 11.862 referem-se às matrículas na Universidade Estadual de Maringá, a qual está presente na cidade há mais de 50 anos.

Desta forma, a cidade é um símbolo do bem-estar de seus moradores, propiciando educação de qualidade, segurança, acesso à saúde, atividades culturais, oportunidades de emprego e lazer. Isto só é possível porque existe investimento contínuo em infraestrutura, serviços públicos e fomento da economia, buscando sempre melhorias contínuas e geração de oportunidades a toda população.

Maringá é muito mais do que uma cidade bonita, é exemplo de como o compromisso com o desenvolvimento sustentável e o planejamento urbano são essenciais para criar uma comunidade próspera e acolhedora, com índices de desenvolvimento em constante crescimento. A cidade segue trabalhando para continuar sendo um destino atraente para todos que buscam qualidade de vida e oportunidade.

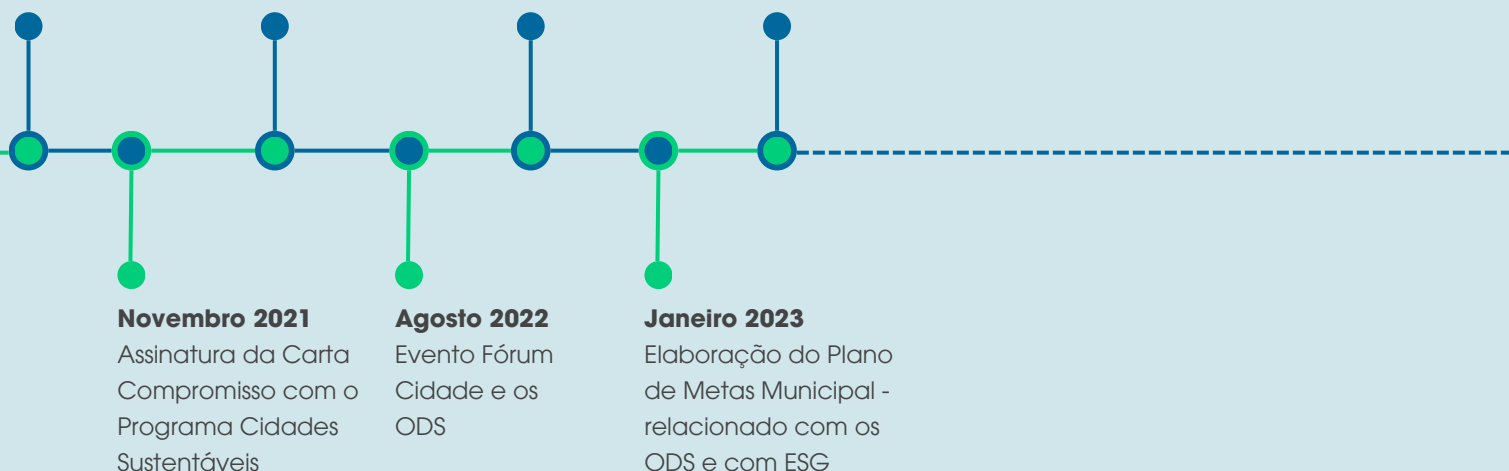
MARCOS DA AGENDA 2030 NA CIDADE DE MARINGÁ 2021 - 2023

Lei 11366/2021
Adota a Agenda
2030 como
diretriz de
políticas públicas
Outubro 2021

Assinatura do
Pacto Global de
Prefeitos pelo
Clima e
Energia
Novembro 2021

Criação de
Comissão
Municipal para o
Desenvolvimento
Sustentável
Agosto 2022

Parceria com a consultoria EBP e Oeko-Institut no âmbito
do projeto "Implementando a Agenda 2030 localmente
através do desenvolvimento urbano" do Instituto Federal
Alemão de Investigação em Edificação, Assuntos
Urbanos e Desenvolvimento Espacial
Janeiro 2023



INTRODUÇÃO

Com a urbanização acelerada em todo mundo, é necessário reconhecer a necessidade do comprometimento das cidades com a Agenda 2030. Por meio de ações locais e da implementação do planejamento urbano e políticas públicas eficientes, é possível que as cidades produzam um grande impacto no mundo.

Corroborando com a importância deste compromisso global, em 2021, foi instituído, por meio de Lei no Município de Maringá, a adoção da Agenda 2030 como diretriz na formulação das políticas públicas. Tal fato fortaleceu os esforços que se iniciavam, aos poucos, dentro do Município de Maringá, para que as ações, projetos e planos locais tivessem o foco nos ODS.

Ainda em 2021, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), foi publicada uma série de painéis, produzidos em *Business Intelligence* (BI), frente à necessidade de apresentar ao cidadão os indicadores da cidade, agrupados por temas, de forma simples e clara, com os dados obtidos através de fontes públicas de informação. Este projeto, intitulado Maringá em Dados, foi o pontapé inicial no levantamento de indicadores relativos aos ODS, ao nível municipal. Ao final deste relatório, será apresentado um pouco mais sobre este projeto.

Agora, em 2024, Maringá apresenta o seu Relatório Local Voluntário como demonstração do seu empenho em enfrentar os desafios globais, de forma local, para alcançar um futuro mais sustentável e inclusivo, contribuindo para o cumprimento da Agenda 2030. O presente relatório visa destacar ações, progressos e desafios enfrentados pelo município em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como foco especial nos ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

O ODS 11 nos instiga a construir cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Desta forma, será abordado como Maringá está trabalhando para alcançar esse objetivo, por meio da promoção de políticas públicas com foco na sustentabilidade e no cidadão. Além disso, com relação ao ODS 13, que traz a urgência de combater as mudanças climáticas e seus impactos, será apresentado como Maringá está comprometida com essa temática, e vem avançando para poder ampliar suas ações, adotando estratégias que gerem a redução das emissões de gases do efeito estufa, tornando-se cada vez mais resiliente.

Espera-se que, ao compartilhar as experiências do Município, outras cidades e comunidades sejam inspiradas a seguir o caminho do desenvolvimento sustentável e se comprometam com a implementação local da Agenda 2030, contribuindo para a construção de um mundo mais justo, próspero e ambientalmente consciente.





METODOLOGIA

O estabelecimento da parceria com a consultoria EBP e *Oeko-Institut* no âmbito do projeto "Implementando a Agenda 2030 localmente através do desenvolvimento urbano" do Instituto Federal Alemão de Investigação em Edificação, Assuntos Urbanos e Desenvolvimento Espacial, em 2023, foi o ponto de partida para a elaboração deste Relatório Local Voluntário. A estruturação do projeto, de forma geral, consistiu na formação de uma rede de cidades, de diferentes países do mundo, na qual todas foram provocadas a desenvolverem os seus relatórios, através do aprendizado em pares. Também foram realizadas consultorias individuais e *workshops* coletivos para que houvesse momentos de troca de experiências e desafios no processo.

Assim, após as orientações iniciais da consultoria, foi realizada a análise das metas e indicadores que compõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 13. Para a análise da aplicabilidade das metas e indicadores ao nível local da cidade de Maringá, foram observados estudos sobre os ODS realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), considerando que ambos trazem um arcabouço de detalhes e fontes de consulta para quantificação dos indicadores, aplicados ao Brasil.

Em uma segunda etapa, foram elencados os indicadores para compor este Relatório, iniciando a pesquisa pelos dados que quantificam / qualificam os indicadores. Para tanto, foram consultados dados disponíveis *online*, bem como as Secretarias Municipais e outros órgãos de pesquisa.

O objetivo do levantamento era obter o dado mais recente possível e, até mesmo, construir séries históricas para cada indicador. Entretanto, no Brasil, diversos dados dos municípios dependem de pesquisas censitárias, sendo que o último censo demográfico com os dados totalmente analisados e divulgados é o datado de 2010. Desta forma, alguns indicadores trazem este ano como referência. Outros indicadores dependem de pesquisas e diagnósticos específicos da área, tais como os indicadores de mobilidade relacionados ao modo de transporte. Esses indicadores provêm de estudos, cujos diagnósticos utilizam um período específico de tempo, não existindo recorrência anual.

Após o levantamento de dados e construção de indicadores, o material foi encaminhado à consultoria parceira neste projeto (EBP e *Oeko-Institut*), a qual levantou pontos fortes do trabalho e pontos a serem melhorados, bem como sugeriu diretrizes de como construir alguns dos indicadores que faltavam.

O próximo passo foi a coleta de medidas, projetos e ações que vem sendo desenvolvidas na cidade de Maringá e que possuam relação com os ODS e as metas descritas no relatório.

Por fim, foi elaborado o Relatório Local Voluntário (RLV), o qual apresenta uma síntese do processo de implementação dos ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, na Cidade de Maringá.



Foto: Secretaria de Comunicação / Acervo PMM

>> Skyline de Maringá



CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicadores e Avanços

ODS 11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

A meta **11.1** revisita um tema diretamente relacionado com o princípio da dignidade humana, sendo que a habitação segura, provida de saneamento e serviços básicos, é item necessário à sobrevivência, inclusão e dignidade das famílias.

Indicadores

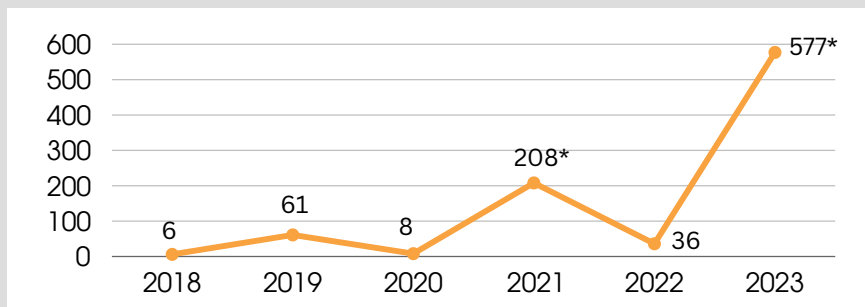
Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor
n° 11.1.1 ¹	Proporção de população urbana vivendo em Aglomerados Subnormais <small>(Fonte: IBGE, 2010)</small>	2010	0 %
n° 11.1.2 ¹	Proporção de domicílios com condições de habitação precárias ou inadequadas - Densidade morador/dormitório maior que 3 <small>(Fonte: IBGE, 2010)</small>	2010	1,13 %
n° 11.1.3 ¹	Proporção de domicílios com condições de habitação precárias ou inadequadas - Abastecimento de água inadequado <small>(Fonte: IBGE, 2010)</small>	2010	6,68 %
n° 11.1.4 ¹	Proporção de domicílios com condições de habitação precárias ou inadequadas - Esgotamento sanitário inadequado <small>(Fonte: IBGE, 2010)</small>	2010	15,89 %
n° 11.1.5 ¹	Proporção de domicílios com condições de habitação precárias ou inadequadas - Lixo com destinações impróprias <small>(Fonte: IBGE, 2010)</small>	2010	0,83 %

(1) Os indicadores 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4 e 11.1.5 são complementares. O indicador resultante expressa a proporção da população que está exposta a condições precárias de habitação, num sentido amplo, de modo a permitir que se captem situações de precariedade na totalidade.

Dois eixos compõem um indicador maior: população vivendo em assentamentos ou habitações precárias, ou informais. Os assentamentos precários incluem áreas com precariedade de serviços públicos essenciais, ausência de saneamento básico, sem fornecimento de água tratada, superlotação em dormitórios e condições impróprias da estrutura física das residências. Por fim, os assentamentos informais são aqueles não reconhecidos legalmente ou regulamentados por instrumentos municipais de controle e planejamento. Para o Brasil, o recorte dos Aglomerados Subnormais produzido pelo IBGE contempla, em grande medida, as duas dimensões citadas. No entanto, muitos dos elementos que compõem o indicador estão amplamente difusos pelos territórios em áreas que não necessariamente compõem áreas de baixa renda ou Aglomerados Subnormais, por isso há necessidade de aplicar os critérios descritos em todos os setores urbanos do País. Para que as medições não se sobreponham, o indicador maior que expressa as condições precárias de habitabilidade, num sentido amplo, foi dividido em 5 indicadores

Indicador**Descrição****n° 11.1.6**

Número de unidades habitacionais entregues por meio de programas habitacionais e parcerias (un.)



Fonte: SEURBH - Prefeitura de Maringá, 2024

*houve entrega de unidades habitacionais produzidas por meio do ProZEIS

Avanços

Criação da Secretaria de Urbanismo e Habitação (SEURBH)

A SEURBH foi criada em dezembro de 2020 a partir da segregação das funções da antiga Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Desta forma, a atribuição do planejamento urbano ficou a cargo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM) e a SEURBH passou a focar nas questões da habitação de interesse social e controle urbano. Isto permitiu a ampliação de políticas de habitação popular, tanto quanto a melhoria do processo de planejamento da cidade.

Projetos de Regularização Fundiária (REURB)

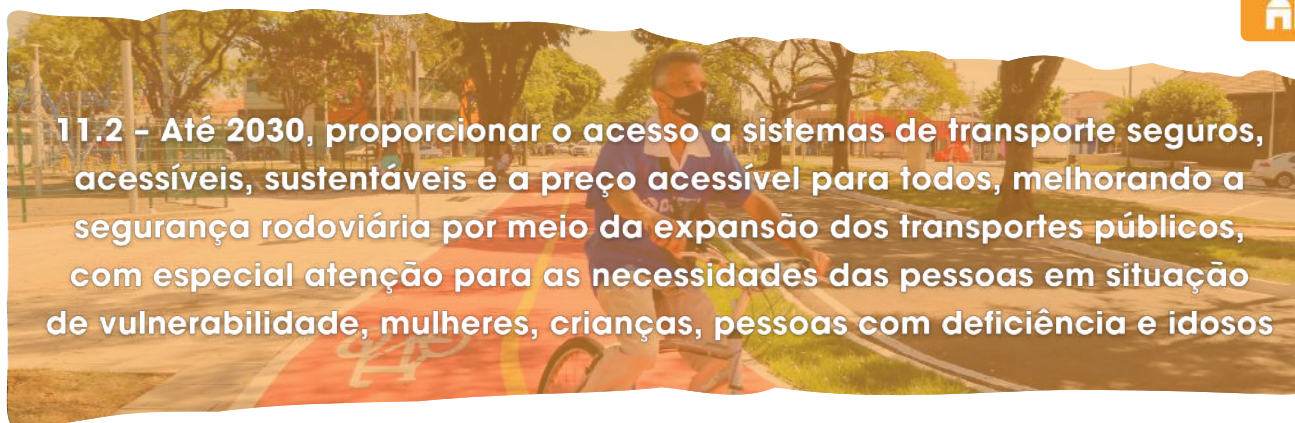
A política pública de regularização fundiária urbana, instituída pela Lei Federal nº13.465/2017 e regulamentada pela Lei Municipal nº 1.175/2019, tem a finalidade de incorporar as ocupações clandestinas ou irregulares ao ordenamento territorial urbano e de titularizar seus ocupantes, por meio de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais. Atualmente no Município de Maringá tramitam 9 processos de REURB, sendo que 4 se encontram na fase de determinação da titularidade, 2 na fase de estudo preliminar, 1 na fase de aprovação prévia e 2 processos em fase de classificação de modalidade, sendo que estes processos perfazem um total aproximado de 296 frações, as quais são ocupadas por, aproximadamente, 200 famílias.

Zonas Especiais de Interesse Social (ProZEIS)

A Prefeitura de Maringá realiza chamamentos públicos a fim de viabilizar empreendimentos habitacionais a partir de uma parceria entre o Município e os proprietários de áreas urbanas vazias e com baixo potencial construtivo. O poder público altera o zoneamento do lote, transformando-o em Zona Especial de Interesse Social e, com isso, o seu potencial construtivo é aumentado. Em contrapartida, o empreendedor tem a obrigação de propor e produzir moradia de interesse social, na tipologia de apartamento. Após análise do órgão público, as propostas aprovadas poderão ser financiadas pelo Programa Casa Verde e Amarela, grupos 1 e 2, da Caixa Econômica Federal.

Lei de ATHIS para qualificação das moradias de interesse social

A Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) visa a requalificação das edificações de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para tanto a Prefeitura de Maringá sancionou a Lei Municipal 11.541/2022, a qual instituiu o programa municipal de ATHIS. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) foram treinados para verificar as condições das residências e levantar os dados, que irão subsidiar a aplicação da lei. Após o primeiro ano de cadastramento das famílias, será iniciado o trabalho com os profissionais de arquitetura e urbanismo credenciados, para a adequação das residências.



11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

A meta **11.2** demonstra a importância das políticas de transporte e mobilidade urbana como propulsionadoras de cidades mais seguras, inclusivas e sustentáveis.

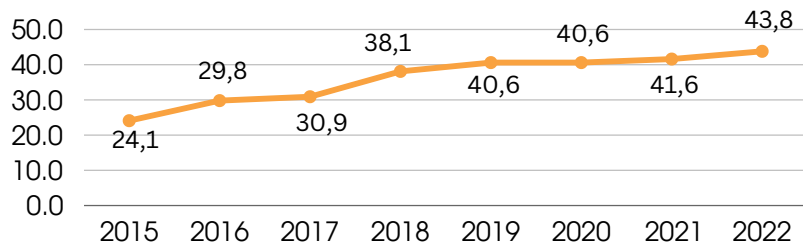
Indicadores

Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor
n° 11.2.1	Porcentagem de deslocamentos por meio de transporte público em relação aos deslocamentos totais <small>(Fonte: PlanMob, 2020)</small>	2020	19,94 %
n° 11.2.2	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora <small>(Fonte: Atlas Brasil, 2010)</small>	2010	0,07 %
n° 11.2.3	Percentual da frota de transporte público que é elétrica <small>(Fonte: Prefeitura de Maringá, 2023)</small>	2022	0,85%
n° 11.2.4	Porcentagem de deslocamentos por bicicleta em relação aos deslocamentos totais <small>(Fonte: PlanMob, 2020)</small>	2020	5,99%



n° 11.2.6

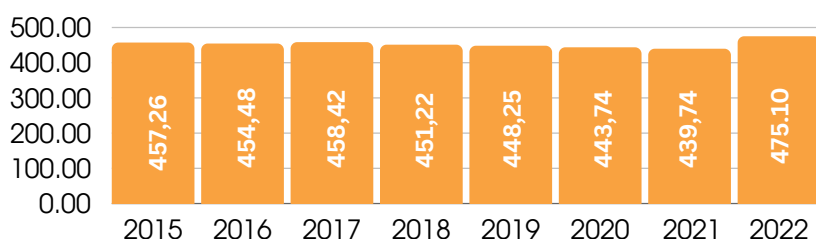
Quilômetros de ciclovias/ciclofaixas (Km)



(Fonte: PlanMob, 2020)

n° 11.2.7

Densidade de carros de passeio (taxa por mil habitantes)



(Fonte: IBGE, 2024)

Avanços

Plano de Mobilidade Urbana - PLANMOB

A Prefeitura Municipal de Maringá elaborou, no período de 2020 a 2022, o Plano de Mobilidade Urbana do Município - PlanMob, que estabelece diretrizes, projetos e ações para o sistema de mobilidade da cidade. O Plano contempla os diversos aspectos envolvidos, especialmente: o transporte coletivo, o deslocamento a pé e por bicicletas, as cargas urbanas, os estacionamentos públicos e privados, a circulação na área central e nas principais vias, o sistema viário e a segurança no trânsito.

O processo de elaboração do PlanMob, que durou dois anos, foi totalmente participativo e contou com diversas audiências, reuniões, oficinas e conferências. O documento aponta os investimentos que deverão ser efetuados, bem como a origem dos recursos a serem investidos.

Em linhas gerais, são objetivos do PlanMob: I - orientar as ações do Município no que se refere aos modos, serviços e infraestruturas da mobilidade em seu território;

II - nortear os investimentos públicos e privados na mobilidade urbana; III - promover a melhoria contínua das infraestruturas, dos serviços, dos equipamentos e das instalações da mobilidade urbana; IV - ampliar a participação do transporte coletivo e dos modos não motorizados no total de deslocamentos, promovendo uma divisão modal equilibrada e sustentável.

Políticas para bicicletas em Maringá

Dentro da terceira e quarta etapa do PlanMob, foi desenvolvido um documento específico com foco no fomento ao uso da bicicleta na cidade, de caráter programático e técnico, baseado em três dimensões: infraestrutura, medidas de promoção e de governança. Este documento é intitulado Caderno de Políticas para Bicicletas em Maringá. Este caderno vem reforçar outras ações que o Município de Maringá vem realizando em prol do modo de transporte por bicicletas, tal como o aumento da infraestrutura cicloviária, a manutenção constante do existente, bem como modernizações e integrações da malha cicloviária.



11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

A meta **11.3** busca dar destaque à participação social no planejamento e gestão das políticas voltadas para temas urbanos.

Indicadores

Indicador	Descrição												
n° 11.3.1	<p>Número de cidadãos engajados no processo de planejamento urbano (audiências, reuniões públicas, conferências e afins)</p> <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Linhas</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Número de Pessoas</th> <th>Número de eventos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2021</td> <td>239</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>213</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>910</td> <td>13</td> </tr> </tbody> </table> <p>(Fonte: IPPLAM - Prefeitura de Maringá, 2023)</p>	Ano	Número de Pessoas	Número de eventos	2021	239	7	2022	213	13	2023	910	13
Ano	Número de Pessoas	Número de eventos											
2021	239	7											
2022	213	13											
2023	910	13											
Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor										
n° 11.3.2	<p>Percentual do orçamento executado decidido de forma participativa em relação ao total de receitas do município (%)</p> <p>(Fonte: SEFAZ - Prefeitura de Maringá, 2021)</p>	2020	68,00 %										

Avanços

Orçamento Cidadão

As Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial (APGT), previstas na lei do Plano Diretor de Maringá, são convocadas sempre que há a necessidade de se consultar a população sobre as questões urbanas e de gestão orçamentária. O Município de Maringá, atualmente, é dividido em cinco APGTs, e cada uma participa sobre as questões relacionadas àquela territorialidade. Assim, anualmente as assembleias são convocadas, para as discussões que envolvam o Orçamento Anual. Tal prática é intitulada de Orçamento Cidadão.

Além da possibilidade de participar presencialmente sobre os debates, os munícipes podem responder formulários *online*, elencando o que ele entende como prioridade na utilização dos recursos municipais nas áreas de assistência social, cultura, educação, esporte e lazer, habitação, meio ambiente, saneamento, saúde, segurança pública, serviços urbanos, transporte/trânsito.

Ademais, as assembleias podem ser convocadas sempre que houver assunto pertinente àquela territorialidade, de modo a ampliar o debate e dar suporte à tomada de decisões do poder público.

Revisão do Plano Diretor de Maringá

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Previsto pela Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), o mesmo deve ser revisto a cada dez anos.

Na Cidade de Maringá, o processo de revisão iniciou em 2019. Durante todas as etapas do processo foi prevista a participação popular. Logo foram realizadas diversas mobilizações, eventos participativos, audiências e conferências públicas.

Além disso, houve um grupo de acompanhamento, composto por representantes da sociedade civil, constituído a fim de realizar a avaliação contínua das atividades desenvolvidas e a leitura comunitária da Revisão do Plano Diretor. Também foi previsto um grupo de cooperação técnica, aberto a todos os profissionais que quisessem colaborar com o fornecimento de dados técnicos, materiais e troca de experiências.

Conselho de Planejamento e Gestão Territorial

O Conselho de Planejamento e Gestão Territorial (CMPGT) foi criado através da lei do Plano Diretor de Maringá (nº 632/2006), como parte integrante do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

Este conselho é um órgão consultivo e deliberativo, em matéria de gestão de políticas públicas territoriais, urbanas e rurais. Sua composição é paritária, sendo que são oito representantes do poder público e oito representantes da sociedade civil.

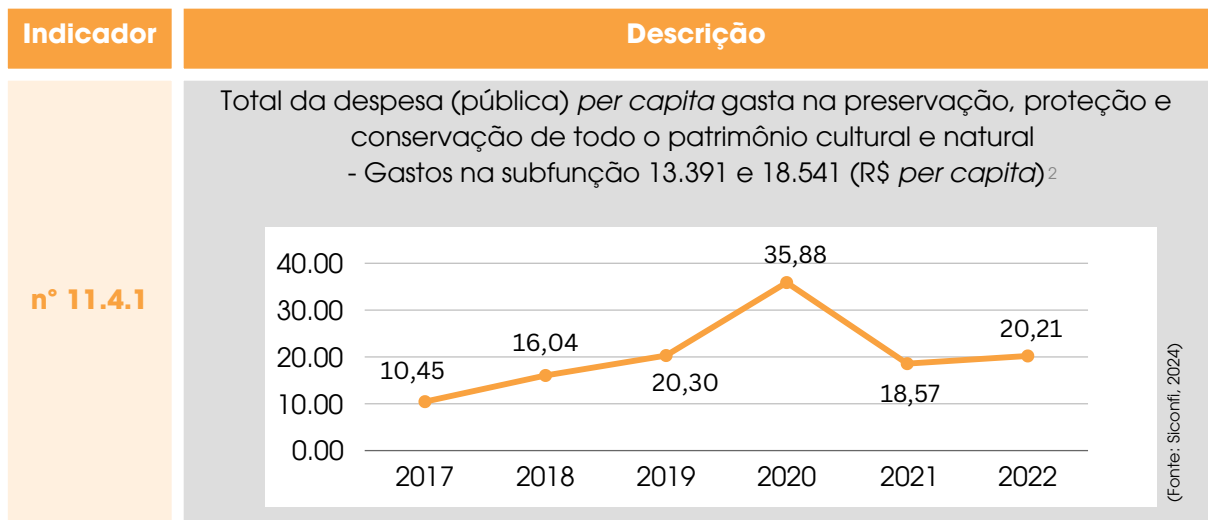
Ao CMPGT compete à deliberação, proposição, pareceres, acompanhamento, aprovação dos assuntos ligados à temática do planejamento urbano, inclusive o acompanhamento e monitoramento da aplicação dos instrumentos urbanísticos.



11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

Através da meta **11.4**, é evidenciado o reconhecimento da ligação entre a preservação dos patrimônios cultural e ambiental com o processo de planejamento do desenvolvimento urbano.

Indicadores



(2) Subfunção 13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico. Subfunção 18.541 - Preservação e Conservação Ambiental

Avanços

Diagnóstico de Cultura

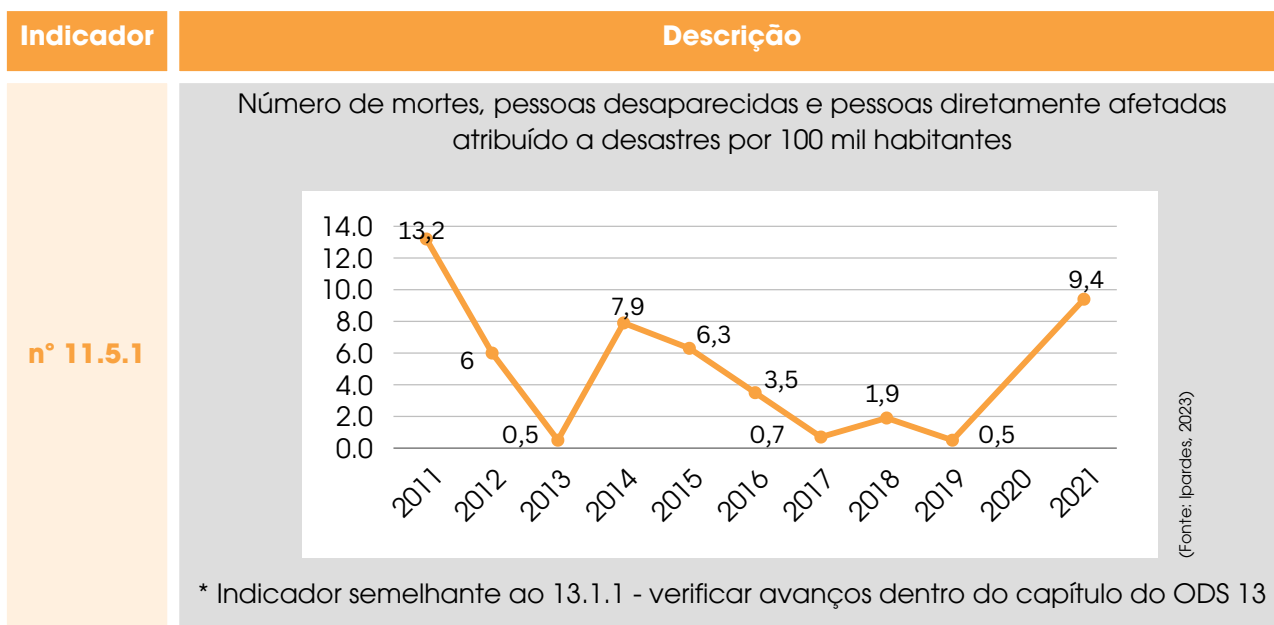
Considerando que a participação popular é necessária em diversas etapas do planejamento, foi realizado de 2022 a 2023 o Diagnóstico da Cultura de Maringá. Ouvindo a população e produtores culturais, pretendeu-se levantar dados e reconhecer as demandas e os pontos fortes do setor cultural, servindo de embasamento para a formulação de políticas públicas na cultura. Foram dois os objetivos principais: levar mais cultura à população, descentralizando ações, e apoiar as iniciativas de artistas e produtores culturais locais.

Para tanto foram mapeados os agentes envolvidos, equipamentos e patrimônios culturais, artistas de rua, analisado as questões orçamentárias, dentre outros itens.

Além do diagnóstico, foram realizadas outras ações em prol da cultura na cidade: conferências públicas, o Fórum da Cultura, diálogos setoriais, aumento do valor dos prêmios municipais de fomento, reforma de espaços culturais, exposições e criação de novos editais para artistas locais, incluindo a valorização de minorias político-sociais.

11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

Indicadores



11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

A meta **11.6** foca na qualidade do ar e na gestão dos resíduos sólidos, como fatores ambientais a serem considerados para o desenvolvimento sustentável de uma cidade.

Indicadores

Indicador	Descrição
n° 11.6.1	<p>Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas pelo total de resíduos urbanos gerados (%)</p> <p>(Fonte: SNIS, 2023)</p>
n° 11.6.2	<p>Nível médio mensal de partículas inaláveis em 2022 (PM_{2,5} e PM₁₀ - $\mu\text{m} / \text{m}^3$)</p> <p>(Fonte: Eurogarden, 2023)</p>

Avanços

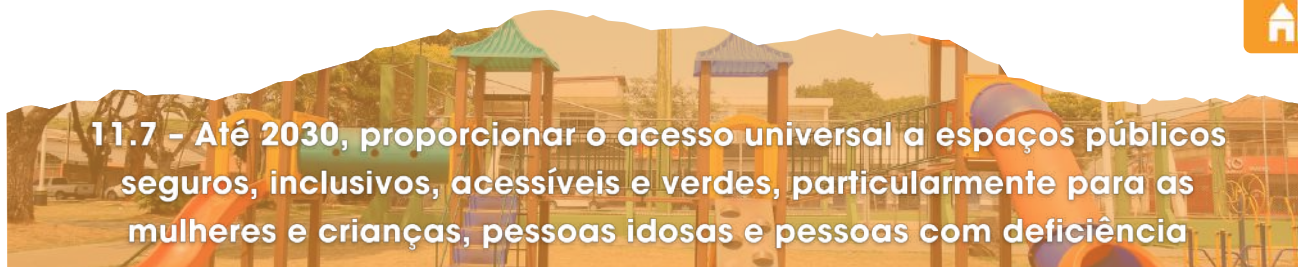
Programa Lixo Zero

A Prefeitura de Maringá vem ampliando as ações relativas aos resíduos gerados na cidade. Assim, o Programa Lixo Zero foi criado em 2022, com o intuito de unir vários projetos e ações, com um objetivo: diminuir a quantidade de resíduos que tem que ser dispostos no aterro sanitário.

Uma iniciativa dentro deste programa foi a instalação de composteiras para resíduos orgânicos dentro de algumas escolas, bem como o fornecimento de cursos de compostagem doméstica para as famílias dos alunos. Assim, os alunos aprendem que alguns resíduos que são produzidos podem voltar para a cadeia produtiva, por meio de adubos.

Outro projeto dentro deste programa é o Moeda Verde, que realiza a troca de 1kg de material reciclável ou 1 litro de óleo usado por 1kg de alimento, visando, principalmente, os bairros em que o volume de material reciclável recolhido é menor.

A aquisição e instalação de alguns Ecolix, contêineres para recebimento de materiais recicláveis, em pontos estratégicos da cidade, foi outra ação do programa. Além disso, nos bares da cidade foram instalados contêineres específicos para vidros, e existe a previsão de instalação um Ponto de Entrega Voluntária, em um local de grande movimento da cidade, para o recebimento de materiais recicláveis.



11.7 – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

A formulação da meta **11.7** ressalta a relevância das áreas públicas para fomentar uma vida urbana saudável, incentivando melhorias e a construção de novos espaços públicos.

Indicadores

Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor
n° 11.7.1	Proporção da área de praças e parques por habitante (m ² / hab.) * Parques com infraestrutura para uso <small>(Fonte: Plano Diretor de Maringá, 2023)</small>	2019	4,13

Indicador	Descrição
n° 11.7.2	Crimes de furto, lesão corporal e roubo (taxa por mil habitantes)

Ano	Taxa
2018	25,18
2019	22,92
2020	19,38
2021	23,23
2022	28,67

(Fonte: Ipardees, 2024)

Avanços

Parquinhos


A proposta de instalação de parquinhos, do tipo modular em madeira plástica ou do tipo parquinhos de corda, em diversos pontos da cidade, tanto na sede quanto nos distritos busca levar opções de lazer para todas as crianças e em toda a cidade. Além disso, este projeto pretende aproximar as famílias dos espaços públicos, fazendo com que se apropriem destes espaços e, conseqüentemente, ocorra melhoria na questão de segurança nestes locais por meio de sua utilização.

Desde 2016 foram instalados mais de 60 parquinhos pela cidade, e a Prefeitura de Maringá planeja a ampliação deste projeto, com a instalação de outras unidades espalhadas pela cidade.

Praça para Todos

O programa de revitalização de praças e espaços públicos, intitulado "Praça para Todos", visa devolver os espaços públicos para os cidadãos maringaenses. Foram realizadas melhorias em diversos espaços públicos que antes eram "invisíveis" ao olhar da comunidade. Após as reformas, esses espaços se tornaram mais seguros e agradáveis para o lazer das famílias.

Em todas as intervenções, busca-se a manutenção das características principais dos projetos originais, com a preservação de aspectos urbanísticos e históricos. Desde 2016 já foram revitalizadas mais de 10 praças municipais e foram construídos dois novos parques lineares em áreas de fundo de vale. Além disso, foram implantados inúmeros jardinetes em terrenos públicos, antes subutilizados.



11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

A meta **11.a** demonstra a importância das Regiões Metropolitanas como entidades capazes de fazer a integração do planejamento em diferentes recortes territoriais.

Indicadores

Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor
n° 11.a.1	Existência de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado	2023	sim

Avanços

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi criada em 1998, através da Lei Estadual Complementar n° 83/1998. Atualmente, compõem a RMM 26 municípios, os quais somam 5.978.592 quilômetros quadrados.

Assim, buscando nortear a gestão regional, prezando pelo desenvolvimento integrado, alinhado ao Estatuto da Metrópole, foi necessário o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMM.

O PDUI é um instrumento urbanístico definido pela Lei Federal n° 13.089/2015, cujo objetivo é orientar o planejamento e a governança de Regiões Metropolitanas, visando a integração das políticas públicas dos Municípios pertencentes a essas Regiões.

Por se tratar de um planejamento territorialmente abrangente, é fundamental que seu conteúdo seja guiado por uma integração espacial e temática. Nesse sentido, são fundamentais as análises sobre aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, físicos e urbanos, possibilitando a caracterização da totalidade do território contemplado pelo plano.

Seu conteúdo é orientado pelas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), que são atividades ou serviços que não podem ser realizados pelo Município isoladamente, ou que causem impacto nos outros Municípios integrantes da Região metropolitana. Para o PDUI da RMM foram definidas as seguintes FPICs: Planejamento Territorial e Uso do Solo, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente.

O Plano foi totalmente elaborado e, atualmente, está com a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, para que se sigam com os ritos legais de aprovação e definição dos Agentes Interfederativos.

11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

Indicadores

Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor
n° 11.b.1	<p>Aplicação de estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres</p> <p>* Indicador semelhante ao 13.1.4 - verificar avanços dentro do capítulo do ODS 13</p> <p>(Fonte: IBGE, 2017)</p>	2017	sim

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Galeria de Imagens



Construção de unidades habitacionais
(Meta 11.1)



Prédio construído pelo ProZeis
(Meta 11.1)



Aumento da malha cicloviária
(Meta 11.2)



Orçamento Cidadão
(Meta 11.3)



Audiência Pública Plano Diretor
(Meta 11.3)



Reforma de espaços culturais
(Meta 11.4)



Instalação de Ecolix
(Meta 11.6)



Reforma de Praças
(Meta 11.7)



Instalação de parquinhos
(Meta 11.7)



Entrega do PDI
(Meta 11.a)



ODS 13

ACÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos



13.1 - Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

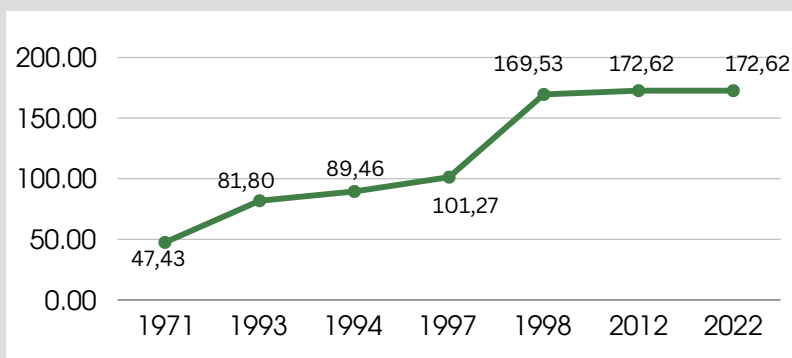
O foco da meta **13.1** é a busca pela resiliência, que consiste na habilidade de um sistema se reerguer e restaurar o equilíbrio, após ser afetado por perturbações externas. Além disso, também é voltada para a capacidade adaptativa, que representa a habilidade de evoluir para um estado mais favorável, diante dos impactos e riscos provenientes das mudanças climáticas.

Indicadores

Indicador	Descrição																								
n° 13.1.1	<p>Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes</p> <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>2011</td><td>13,2</td></tr><tr><td>2012</td><td>6</td></tr><tr><td>2013</td><td>0,5</td></tr><tr><td>2014</td><td>7,9</td></tr><tr><td>2015</td><td>6,3</td></tr><tr><td>2016</td><td>3,5</td></tr><tr><td>2017</td><td>0,7</td></tr><tr><td>2018</td><td>1,9</td></tr><tr><td>2019</td><td>0,5</td></tr><tr><td>2020</td><td>0,5</td></tr><tr><td>2021</td><td>9,4</td></tr></tbody></table> <p>(Fonte: Iparciés, 2023)</p>	Ano	Valor	2011	13,2	2012	6	2013	0,5	2014	7,9	2015	6,3	2016	3,5	2017	0,7	2018	1,9	2019	0,5	2020	0,5	2021	9,4
Ano	Valor																								
2011	13,2																								
2012	6																								
2013	0,5																								
2014	7,9																								
2015	6,3																								
2016	3,5																								
2017	0,7																								
2018	1,9																								
2019	0,5																								
2020	0,5																								
2021	9,4																								
n° 13.1.2	<p>Percentual do município desflorestado (%)</p> <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>0,04</td></tr><tr><td>2018</td><td>0,02</td></tr><tr><td>2019</td><td>0,02</td></tr></tbody></table> <p>(Fonte: IDSC-BR, 2023)</p>	Ano	Valor	2017	0,04	2018	0,02	2019	0,02																
Ano	Valor																								
2017	0,04																								
2018	0,02																								
2019	0,02																								

n° 13.1.3

Área total das Unidades de Conservação Municipais - UCs (ha)



(Fonte: IAM - Prefeitura de Maringá, 2023)

* A última criação de Unidade de Conservação do Município de Maringá data de 2012

Indicador	Descrição	Ano de Referência	Valor
n° 13.1.4	Aplicação de estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres <small>(Fonte: IBGE, 2017)</small>	2017	sim
n° 13.1.5	Proporção de árvores urbanas, em vias públicas, pelo total de área urbana (un/Km ²) <small>(Fonte: PGAU e Plano Diretor de Maringá, 2023)</small>	2019	876,81

Avanços

Preservação das áreas de fundo de vale municipais

Maringá é ricamente drenada por dezenas de córregos que passam dentro do perímetro urbano da cidade, sendo que foram instituídas no município as áreas de fundo de vale ao longo desses córregos. Existe uma grande preocupação do município com a manutenção, preservação e recuperação destas áreas, tão importantes para o ecossistema natural de Maringá.

O município realiza diversas ações em prol desta manutenção, tais como: criação de áreas de parques lineares nas áreas de fundo de vale; plantio de árvores nativas, através do próprio viveiro municipal, ou através do cumprimento de Termos de Ajuste de Conduta com o setor privado; limpeza de córregos; entre outras.

Desenvolvimento do Plano de Gestão da Arborização Urbana de Maringá (PGAU)

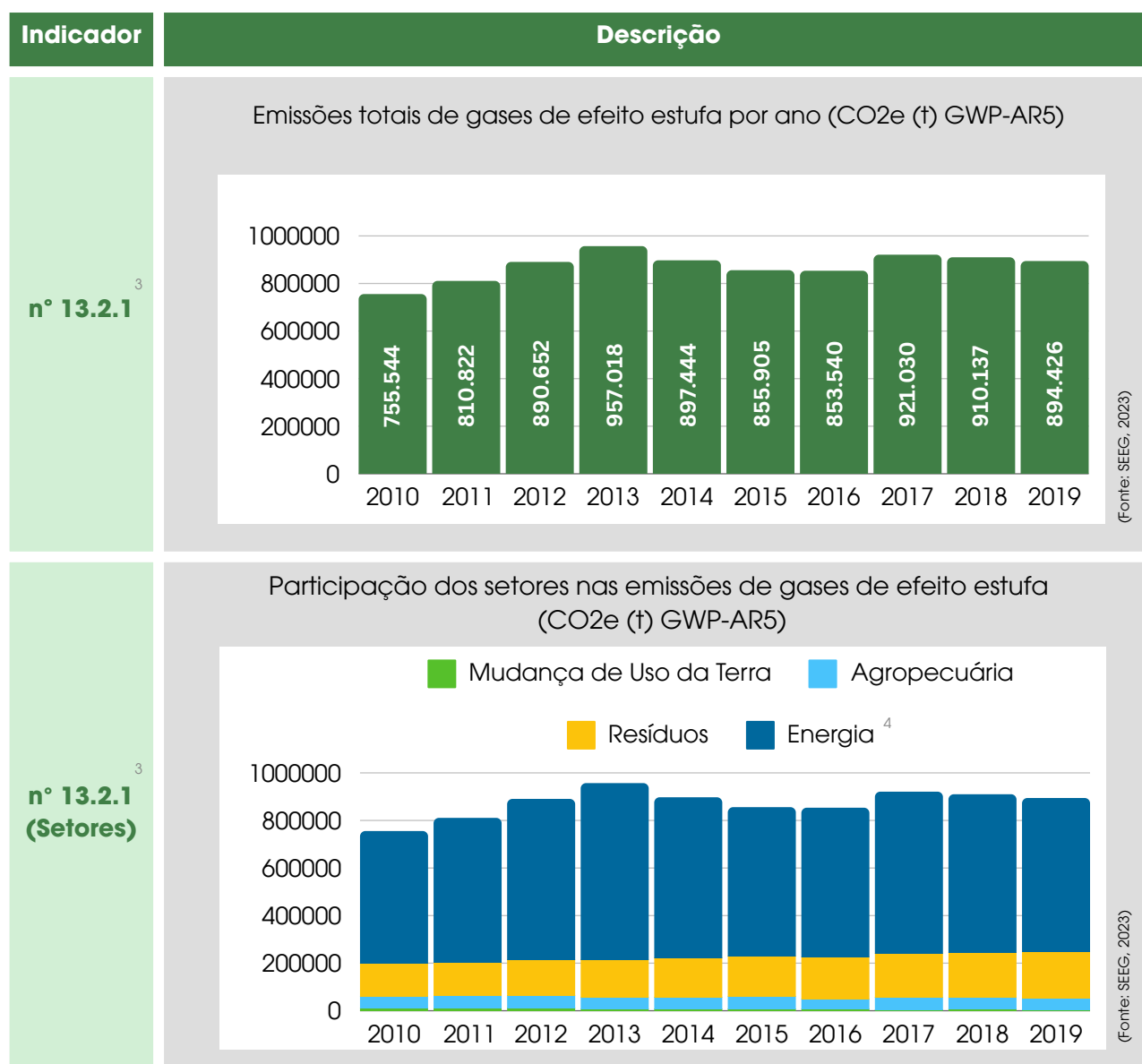
O Plano de Gestão da Arborização Urbana de Maringá (PGAU) é o documento que orienta todas as ações executadas pela Prefeitura Municipal referente à arborização das vias públicas, praças e parques de Maringá.

Este documento detalha a atuação do município para os próximos 20 anos e deverá ser revisto a cada 5 anos. Sua elaboração iniciou em 2017, findando-se em 2019, sendo o primeiro do país a ter a indicação das espécies a serem plantadas para cada uma das mais de 3,5 mil ruas do município.



Nacionalmente, a meta **13.2** busca a integração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima nas políticas, estratégias e planejamentos locais.

Indicadores

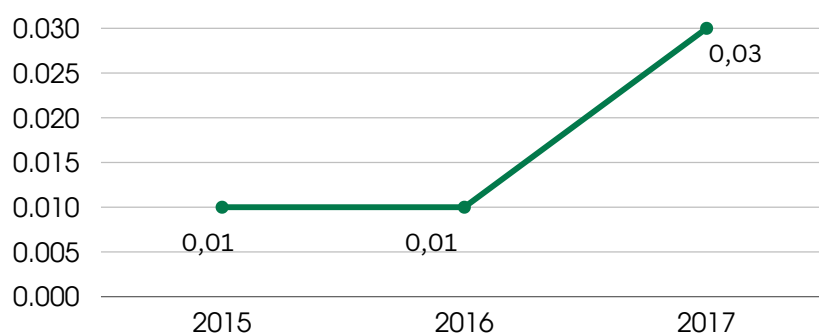


(3) Os indicadores apresentados são compilados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), que é uma iniciativa do Observatório do Clima. Tal sistema compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil, conforme as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

(4) Segundo a metodologia estabelecida pela SEEG, a queima de combustíveis no setor de transportes está incluída no setor de Energia.

n° 13.2.2

Concentração de focos de calor (participação do município no total de queimadas do Brasil - por mil)



(Fonte: IDSC-BR, 2023)

Avanços

Selo Clima Paraná - Selo Ouro

O Selo Clima Paraná é uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST). Tal iniciativa foi criada em 2012 e entrega certificados desde 2015 a quem, voluntariamente, mede, divulga e reduz a pegada de carbono, para amenizar os efeitos causados pelas mudanças climáticas.

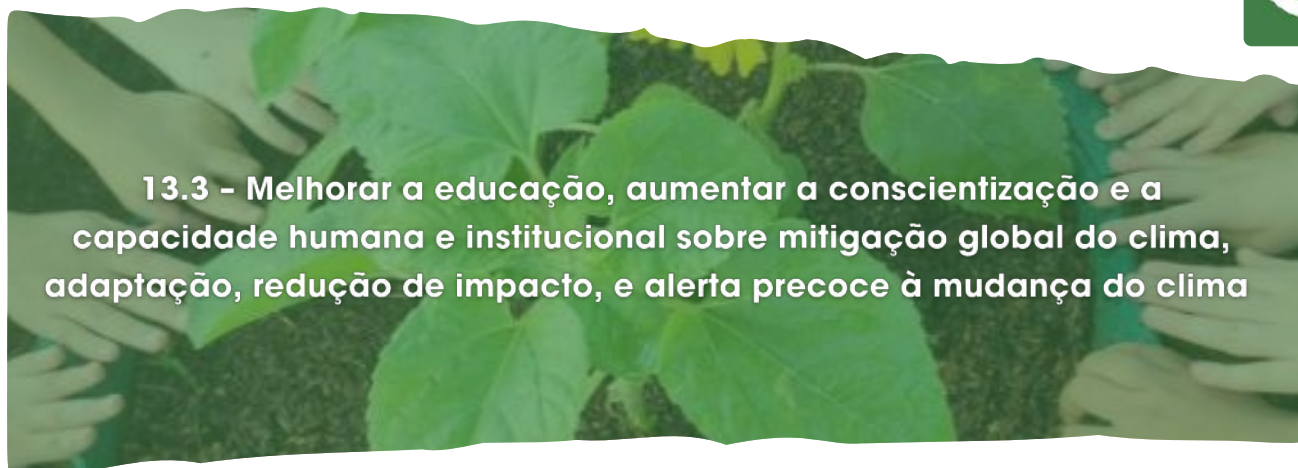
Em 2021 a Prefeitura do Município de Maringá aderiu ao selo e encaminhou o seu inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a nível governamental, para submissão do Selo Clima Paraná, conquistando a categoria Ouro. Desde então, pelo terceiro ano consecutivo, a Prefeitura do Município de Maringá encaminha o seu inventário. Tal iniciativa possibilita a comparação e possibilita a tomada de decisão no âmbito das políticas de redução e mitigação dos gases de efeito estufa.

Desenvolvimento de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa Municipal

Considerando que as estimativas do Município de Maringá quanto às emissões de gases de efeito estufa são elaboradas, atualmente, pelo Observatório do Clima que produz os dados de maneira sistemática para todos os municípios do Brasil, notou-se uma necessidade de se proceder com a elaboração do próprio inventário de emissões de GEE.

O inventário está sendo elaborado por técnicos da Prefeitura Municipal de Maringá, observando-se as peculiaridades e características locais e tendo base a metodologia *Global Protocol for Community-Scale GHG Emissions - GPC*.

Sabe-se que o inventário municipal de emissões de GEE é uma ferramenta necessária para se compreender e monitorar as emissões e remoções de diversos gases que contribuem para o efeito estufa e, conseqüentemente, às mudanças climáticas.



13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima

A questão central da meta **13.3** é garantir a todos o conhecimento e a informação sobre mudança do clima, tal fato que pode ser ocasionado através da educação, principalmente de crianças e jovens.

Indicadores

Indicador	Descrição
n° 13.3.1	<p>Grau em que (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes</p> <p>* Ver ações municipais descritas nos avanços</p>

Avanços

Escolas pelo Clima

O movimento Escolas Pelo Clima é uma comunidade, na qual escolas e indivíduos podem trocar experiências para criação de ações que visem o enfrentamento das mudanças climáticas. O Município de Maringá aderiu à rede e conta, hoje, com o maior número de unidades escolares participantes do movimento.

A partir desta adesão, o tema das mudanças climáticas está sendo trabalhado com as crianças de forma interdisciplinar e com o envolvimento da família. O objetivo é possibilitar o entendimento dos alunos do seu papel na sustentabilidade para a construção de um futuro melhor.

Dentro deste contexto, um dos projetos é o "Sustentare - Vivendo em harmonia com o meio ambiente". Este projeto é realizado pela Secretaria de Educação, nos 64 Centros Municipais de Educação Infantil, abrangendo, aproximadamente, 15 mil alunos de até 6 anos.

São realizadas ações pedagógicas relacionadas ao combate às mudanças climáticas e seus impactos, principalmente, no que envolve o cultivo, proteção e manutenção de plantas, uso sustentável e inteligente da água, utilização sustentável dos recursos naturais e conscientização lúdica aos alunos acerca dos cuidados com o meio ambiente.

Ainda no âmbito do Escolas pelo Clima, outro projeto é o "Criança consciente para um mundo diferente". Este é realizado pela Secretaria de Educação com os alunos das Escolas Municipais, do ensino regular, e na Educação de Jovens e Adultos. São realizadas atividades para mobilizar resultados positivos em relação ao meio ambiente, inserindo os estudantes na busca de soluções, a fim de se tornarem agentes transformadores e comprometidos com a causa climática. Cada ano escolar tem um subprojeto, em que são discutidas temáticas voltadas ao clima com uma linguagem apropriada para a faixa etária.

ODS 13

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Galeria de Imagens



Parque linear em área de fundo de vale
(Meta 13.1)



Proteção de áreas de fundo de vale
(Meta 13.1)



Limpeza de área de fundo de vale
(Meta 13.1)

PLANO DE GESTÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA - PGAU



Capa do PGAU
(Meta 13.1)



Recebimento do Selo Clima Paraná
(Meta 13.2)



Projeto Sustentare
(Meta 13.3)



Projeto Sustentare
(Meta 13.3)



Criança Consciente para um Mundo Diferente
(Meta 13.3)

O portal Maringá em Dados, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), foi produzido frente à quantidade de indicadores e dados disponíveis sobre o município, os quais estão distribuídos em diversas fontes públicas de consulta. Embora estes dados sejam públicos, não são de fácil acesso e visualização, sendo que dependem de uma série de filtros e, até mesmo, da consulta de um dicionário de códigos para identificar dados e indicadores. Assim, o objetivo principal do projeto é apresentação dos dados e indicadores de uma forma simples e intuitiva ao cidadão. Dentro deste portal, os indicadores são agrupados por tema, os quais são apresentados em painéis produzidos em *Business Intelligence* (BI). Paralelo a isto, houve um grande movimento da prefeitura para correlacionar as ações, projetos e políticas públicas com os ODS. Este movimento corroborou para que um dos painéis produzidos fosse, justamente, voltado aos ODS, de modo que seja possível o acompanhamento e evolução da cidade frente às Metas Globais.

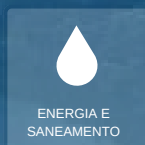
Maringá em Dados, disponível em: <https://www.ipplam.com/maringa-em-dados>



ECONOMIA



RANKINGS E
INDICADORES
MARINGÁ



ENERGIA E
SANEAMENTO



POPULAÇÃO E
CONDIÇÕES
SOCIAIS



RADAR ODS

**PRÓXIMOS
PASSOS**



MARINGÁ EM DADOS



Visando sempre a melhoria contínua das ações, planos e projetos, de modo que a cidade avance nos indicadores e metas globais, apresentamos algumas das ações que estão sendo planejadas em Maringá para o progresso em relação aos ODS, bem como estratégias para monitoramento e avaliação mais eficazes e eficiente das metas globais, tais como:

- Implantação de plataforma própria para inserção, controle, monitoramento e avaliação de indicadores, especialmente os relacionados aos ODS, de modo que seja possível vinculá-los ao Plano de Metas Municipal, criando séries históricas e painéis de análise dos resultados e impactos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Promoção de Parcerias com Universidades para o levantamento de informações e o desenvolvimento de indicadores, especialmente aqueles relacionados à temática do desenvolvimento urbano sustentável;
- Desenvolvimento dos demais planos setoriais, afetos ao Plano Diretor Municipal, alinhados aos ODS, tal como o Plano Diretor recém revisado estabeleceu;
- Promoção de ações que promovam o engajamento e conscientização da comunidade sobre os ODS;
- Criação do Fórum Municipal do Clima a fim de conscientizar e mobilizar a comunidade para discutir os problemas decorrentes das mudanças climáticas globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Maringá tem empreendido grandes esforços no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU. O desenvolvimento deste documento, o primeiro Relatório Local Voluntário do Município de Maringá, amplia os horizontes no entendimento de quão importante é o papel do governo local para avanços de indicadores e metas de nível global.

Através da análise dos relatórios elaborados por diversas cidades ao redor do mundo, foi possível observar os avanços alcançados, os desafios enfrentados e como a contribuição local é importante, principalmente pela promoção de políticas públicas. Além disso, a elaboração do relatório local voluntário para o município possibilitou a identificação dos avanços e de boas práticas de Maringá que também podem servir como inspiração para outras cidades que buscam estratégias eficazes para o desenvolvimento sustentável.

É importante entender que este documento não deve ser um exercício pontual, mas sim um ciclo contínuo de avaliação, ação e monitoramento. À medida que a Cidade de Maringá se desenvolve, a reflexão constante sobre os resultados e o ajuste das políticas públicas serão necessários para garantir a continuidade na trilha do desenvolvimento sustentável.



Foto: Secretaria de Comunicação / Acervo PMM

>> Praça Todos os Santos



REFERÊNCIAS E FONTES DE CONSULTA


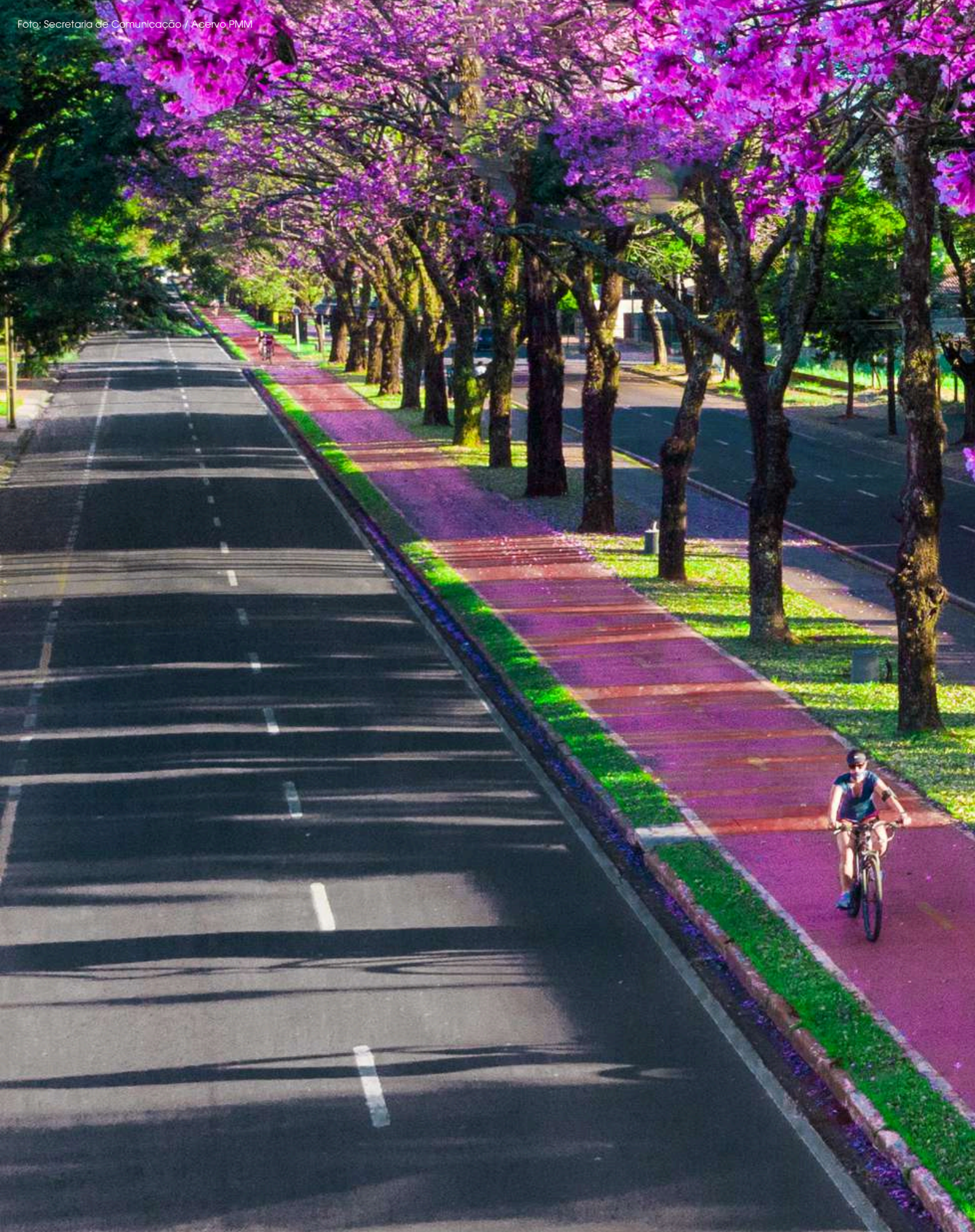
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>
 - Atlas BR - Produto da parceria entre PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FJP (Fundação João Pinheiro) para apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411520>
 - IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>
 - Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>
 - IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>
 - DataSUS - Informações de saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>
 - Siconfi - Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf
 - SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>
 - IDSC-BR - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>
 - SEEG - Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>
 - Eurogarden - Bairro da cidade de Maringá - consulta através de Ofício.
 - IPPLAM - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá - consulta através de Ofício.
 - SEFAZ - Secretaria de Fazenda de Maringá - consulta através de Ofício.
 - SEURBH - Secretaria de Urbanismo e Habitação de Maringá - consulta através de Ofício.
 - IAM - Instituto Ambiental de Maringá - consulta através de Ofício.
 - PlanMob - Plano de Mobilidade Urbana de Maringá. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/semob/planmob/consolidado>
 - Plano Diretor de Maringá - consultado os documentos de diagnóstico do território. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=portal/21/revisaoplanodiretor>
 - PGAU - Plano de Gestão da Arborização Urbana de Maringá. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9766d9d24016.pdf>
- 



Foto: Secretaria de Comunicação / Acervo PMM





PROJETO GRÁFICO

IPPLAM - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

Bruna Barbosa Barroca - Arquiteta e Urbanista - Diretora-Presidente

Thais Ferrari Réus - Engenheira Civil - Diretora de Pesquisa e Gestão de Informação

Bruna C. de F. Donadon Leal - Arquiteta e Urbanista

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO

IPPLAM - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

Bruna Barbosa Barroca - Arquiteta e Urbanista - Diretora-Presidente

Thais Ferrari Réus - Engenheira Civil - Diretora de Pesquisa e Gestão de Informação

Bruna C. de F. Donadon Leal - Arquiteta e Urbanista

Leticia Leoni Zaguine - Arquiteta e Urbanista

REVISÃO DE TEXTO

Helmer Romero - Assessor Executivo do Prefeito - Secretaria de Comunicação de Maringá

Alex Elpidio dos Santos - Agente Administrativo - IPPLAM

Annika Flintrop - Gerente Adjunto de Projetos - EBP

Jonathan Schreiber - Pesquisador - *Oeko-Institute*



Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano de Maringá

www.ipplam.com

44 3221-1441

Av. XV de Novembro, 701 - Centro,
Maringá - PR, 87013-230



With funding from the



Federal Ministry
for Housing, Urban Development
and Building

by decision of
the German Bundestag



MARINGÁ
PREFEITURA

